

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

99145-7/2007-DR/SC
ALESC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

SC elege prioridades para Orçamento 2011

São Miguel, Maravilha, Chapecó, Joaçaba e Caçador abrem audiências públicas

Eduardo Guedes de Oliveira



No auditório Afonso Dresch da Unoesc de Joaçaba, público defende obras de pavimentação e melhorias na rede hospitalar

Páginas 5 a 8

Sites oficiais do Executivo sem teor privado

Parapsicólogo terá data especial

Nova Trento, capital do Turismo Religioso

Médico receberá Título de Cidadão Catarinense

Admitida MP com mudança tributária

Página 11

Calendário especial com intenso trabalho

Solon Soares



Entre as proposições, quatro propostas de emenda constitucional

No calendário especial, que começou no dia 15 de abril e vai até 30 de setembro, 14 sessões plenárias já foram realizadas.

Nelas, os deputados apreciaram 126 proposições, das quais 48 aprovadas: quatro Propostas de Emenda Constitucional (PEC), um Projeto de Decreto Legislativo, 11 Medidas Provisórias (MP) e 32 Projetos de Lei (PL). Também foram rejeitadas dez Mensagens de Veto (MV) do Executivo.

Página 11

Embrapa, Desafio Jovem e Soka Gakkai são homenageados

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Moacir Sopelsa entrega honraria na sessão especial da Embrapa

Páginas 3 e 4

Jairo Bouer é convidado de "O Brasil em Debate" em Joinville

Página 9

OPINIÃO

Nossos bombeiros unidos

Indistintamente, os bombeiros militares, os voluntários e os comunitários têm prestado relevante serviço à proteção do patrimônio dos catarinenses. Graças à relevância dos serviços que prestam, eles têm obtido altos índices de aprovação por nossa sociedade. Em muitas cidades chegam a ser a entidade com maior credibilidade.

Em particular, os bombeiros voluntários, apesar do reconhecimento público do trabalho executado nas cidades onde possuem unidades de trabalho, sofrem restrições legais para a execução integral das suas atividades. Por essa razão, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, chamou par si essa questão buscando mediá-la de forma a encontrar uma solução que atenda, principalmente, aos anseios da sociedade.

Como deputado estadual

e membro desta comissão, entendo e defendo que as três modalidades devem continuar coexistindo. Ou seja, nas localidades onde hoje temos instalada uma unidade dos bombeiros voluntários, que a eles sejam dadas todas as condições para a continuidade do seu trabalho. Idem para as cidades com comunitários e para as cidades com os militares.

Defendo essa posição por uma questão de justiça. O principal objetivo de um bombeiro, independentemente da sua categoria, é zelar pelo patrimônio privado (e público) e pelas vidas em risco. Quando um cidadão, por exemplo, vê o seu patrimônio correndo perigo, ele quer que o mesmo seja salvo. Ele não está nenhum pouco preocupado se isto será feito por um bombeiro voluntário ou por um militar.

Além disso, estou falando de pessoas que colocam suas vidas em risco para salvar o

patrimônio e vidas de terceiros. Pessoas que buscaram a necessária qualificação para agir nos momentos de enormes dificuldades para os demais cidadãos. E o mais nobre: fazem-no sem nenhum benefício pessoal. Essa é a vida de um bombeiro, independente da sua categoria!

Acrescento a isso o fato de estar falando de uma atividade com enorme escassez de profissionais em atuação. Isso é decorrência principalmente do risco envolvido. Para ser um bombeiro, é necessário que se tenha, acima de tudo, muita coragem. Assim, não vejo razão para a discriminação de um segmento, o voluntário, da profissão. Com certeza, esse também não é o desejo da nossa sociedade. Por isso continuarei lutando pela coexistência das três categorias.

Deputado Valdir Vital Cobalchini (PMDB)

Ninguém chega sozinho

Podemos afirmar, com convicção, que no sistema político brasileiro dificilmente um candidato se elege sozinho. Os suplentes – aqueles que não alcançaram a votação mínima necessária para se elegerem, sem dúvida tiveram importante participação no processo eleitoral fortalecendo a legenda partidária, elegendo o maior número possível de representantes. Trata-se, portanto, de um processo coletivo.

Assim sendo, ao longo do mandato, nada mais justo que os titulares abram espaço para que os suplentes também possam apresentar seus projetos e idéias em favor da sua região e do Estado. O Poder Legislativo Catarinense, amparado no Regimento Interno, possibilita

que o deputado titular peça licença não remunerada para tratar de assuntos particulares, permitindo a ascensão dos suplentes, como forma de prestigiar o partido, o eleitor e a região.

Essa prática tem sido adotada pelos mais diferentes partidos com representatividade na ALESC, não só como forma de valorizar os companheiros, mas também para prestigiar e dar oportunidades àqueles que tiveram importante papel no processo eleitoral. Esse procedimento é saudável tanto para o partido quanto para a sociedade. Para o eleitor, é uma oportunidade para observar a atuação daquele candidato que não alcançou votos suficientes para a titu-

laridade.

Num passado não muito distante, essa consciência não existia. Hoje temos plena convicção de que o mandato pertence ao partido e também ao eleitor. É natural que nós, políticos eleitos pelo povo, façamos a nossa parte. E mais importante ainda é que a sociedade tenha compreensão desse momento. Afinal, acompanhar as ações do Parlamento, analisar e emitir opiniões sobre os atos dos políticos faz parte da prática da cidadania, tornando o processo o mais democrático possível. Política se faz com participação, cooperação e respeito.

Deputado Jean Kuhlmann (DEM)

Baía Sul discutida na Assembléia

O presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Manoel Mota (PMDB), propôs durante audiência pública dia 19, a criação de uma Frente Parlamentar para tratar da ocupação do aterro da Baía Sul, em Florianópolis. A audiência, requerida pelo deputado Edison Andrino (PMDB), tratou da decisão judicial de destinar o terreno onde hoje funcionam estacionamentos da

Comcap e Aflov para a construção da nova sede do Ministério Público Federal (MPF). A intenção, segundo Andrino, é reivindicar ao Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, que nenhuma decisão seja tomada até que o Plano Diretor da capital seja alterado. “Quem vai definir a ocupação da cidade é o Plano Diretor”, reiterou. O parlamentar disse que pretende levar o assunto para discussão em Plenário.

[AGENDA]

• **Dias 24, 19h** - Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública “Sistema prisional, Hospital de Custódia e violação de direitos”

Local: Campus Unesc – Criciúma

• **Dia 24, 19h** - Sessão especial em homenagem à Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF)

Local: Plenário Osni Régis

• **Dia 25, 11h** - Comissão de Trabalho e Serviço Público - Audiência pública para discutir o concurso público para ingresso e remoção da atividade notarial e registral em SC

Local: Plenarinho

• **Dia 25, 19h** - Sessão especial em homenagem ao Sindicato do Comércio Varejista de Chapecó (Sicom) pela passagem dos 40 anos de fundação

Local: Plenário Osni Régis

• **Dia 26, 18h** - Lançamento da Frente Parlamentar Catarinense de Solidariedade a Cuba e da Pré-Convenção Estadual de Solidariedade a Cuba

Local: Plenarinho

• **Dia 26, 19h** - Lançamento do livro “Ato Infracional e Poder Judiciário: uma análise sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana”, de Mônica Nicknich

Local: Espaço Cultural

• **Dia 26, 20h** - Sustentar 2010 - III Fórum sobre Energias Renováveis e Consumo Responsável

Local: Lang Palace Hotel – Chapecó

• **Dia 27, 14h** - Comissão de Turismo - Audiência pública para discutir o balanço da temporada de verão de 2010 no litoral de Santa Catarina

Local: Plenarinho

• **Dia 27, 19h** - Sessão solene em homenagem aos atletas da nataçao da Fundação Municipal de Esportes de Indaial

Local: Plenário da Câmara Municipal de Indaial

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)

1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Jussie Sedrez Chaves, Patrícia Schneider de Amorim e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso.

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

Sessão celebra 35 anos da Embrapa

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Suínos e Aves tem trabalho de destaque junto aos agropecuaristas de SC

Rossana Espezin

A Assembleia Legislativa realizou, dia 11, sessão especial em homenagem à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Suínos e Aves (Embrapa – Unidade Concórdia), que completa 35 anos de atuação dia 13 de junho. A cerimônia foi realizada a requerimento do deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que também presidiu os trabalhos.

Durante a solenidade foram lembrados os principais acontecimentos das últimas três décadas voltados para o controle de doenças, aperfeiçoamento de rações, melhoria genética dos animais e preservação do meio ambiente. Depois da apresentação de vídeo institucional da unidade de Concórdia, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) comemorou: “Sem dúvida, a Embrapa cumpriu o seu papel”. O parlamentar citou o trabalho realizado pela empresa em conjunto com o governo, a indústria e os produtores para superar as restrições às exportações de carne produzida em solo catarinense.

Dirceu Talamini lembrou a integração da Embrapa Concórdia - única unidade em Santa Catarina - com a comunidade local, os desafios enfrentados pela instituição e também suas vitórias. “Não podemos esquecer que o setor gera de 4 a 5 milhões de empregos, sem falar nas indústrias correlatas e complementares”. Talamini deu como exemplo o alto consumo de aves no Brasil, que chega a 45 quilos por pessoa/ano, registrado atualmente. “Nossa meta é aumentar também o consumo de carne suína que ainda está no patamar dos 13 quilos por pessoa/ano”, frisou.

Compareceram à solenidade várias autoridades, entre as quais o Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Enori Barbieri, o Chefe Geral da Embrapa, Dirceu João Duarte Talamini, o ex-chefe geral Astor Grumann, os prefeitos dos municípios de Castello Branco, Cláudio Sartori (PMDB), e de Jaborá, Luiz Nora (PMDB), e o deputado Valdir Cobalchini (PMDB). Os colabora-

dores da empresa prestigiaram o evento lotando o Plenário Deputado Osni Régis.

A homenagem também foi estendida aos nove ex-chefes da unidade, que receberam placas comemorativas: Luiz Sérgio Coelho – in memoriam (1975 a 1978), Astor Grumann (1979 a 1983), Ivo Martins César (1984), Carlos Perdomo – in memoriam (1984 a 1985), Cláudio

Nápolis Costa (1985 a 1987), Paulo Roberto da Silveira (1987 a 1992), Jerônimo Fávero (1992 a 1995), Dirceu Talamini (1996 a 2004) e Elcio Figueiredo (2005 a 2009).

Histórico

A Embrapa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atua por intermédio de

Unidades de Pesquisa, Serviços e de Unidades Administrativas. Está presente em quase todos os estados da federação e coordena o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações que atuam de forma cooperada.

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



Sob a presidência do deputado Moacir Sopelsa, Dirceu Talamini recebe placa das mãos do deputado Valdir Cobalchini

Assembleia homenageia Desafio Jovem de Criciúma

Em sessão solene realizada no dia 5, em Criciúma, a Assembleia Legislativa, em parceria com a Câmara de Vereadores, prestou uma homenagem aos 25 anos de fundação da comunidade terapêutica Desafio Jovem de Criciúma (DJC). Solicitada pelo deputado Kennedy Nunes (PP), a solenidade foi prestigiada por autoridades, integrantes do grupo e sociedade civil. Com o propósito de reconhecer a dedicação e o trabalho da equipe multidisciplinar que, ao longo destes anos, vem recuperando jovens envolvidos com drogas.

Um vídeo institucional narrando a trajetória da comunidade até os dias atuais foi apresentado com o intuito de sensibilizar a sociedade para a questão. Fundada em 24 de julho de 1985, a entidade tem a fraternidade como peça-chave para restabelecer ao dependente sua vida. Ou seja, atribuindo a ele inclusão social, oportunidade de vaga no mercado de trabalho e aproximação com a família. Com instalações simples, mas com ambiente de paz, os jovens encontram ali conforto e aconchego familiar.

Na qualidade de proponente da sessão, Kennedy Nunes destacou que a iniciativa é fundamental para

combater o consumo de droga. “Estamos aqui para homenagear a entidade e as pessoas que se recuperaram, porém aproveito a oportunidade para fazer um alerta ao governo. O Poder Executivo precisa investir mais na recuperação desses jovens, oferecendo uma estrutura física, tocada por instituições, mas mantida pelo governo”, ressaltou.

Para o parlamentar, se o governo investir em iniciativas como essas, que deveriam ser vistas

como questão de segurança e úde pública teria menos custos, nos cofres públicos. “Com a criação de clínicas para tratar de dependentes químicos estaremos recuperando centenas de jovens que se continuarem na condição de usuário acabarão dentro de hospitais ou penitenciárias. A proposta é resgatar essas pessoas e não ampliar o custo com saúde pública ou a construção de novas penitenciárias”, frisou.

O presidente do DJC, ex-de-

putado Vanio de Oliveira, falou sobre as conquistas da entidade, entre elas a recuperação de 1,5 mil usuários de drogas. “Realizamos um trabalho sério, com a missão de regenerar as pessoas que chegam a nossa porta à procura de amparo. A partir de um grupo disciplinar composto por psicólogo, psiquiatra, educadores, damos oportunidade para que essas pessoas recuperem a autoestima”, mencionou.

De acordo com o presidente

da Câmara de Vereadores de Criciúma, Edison do Nascimento (PMDB), o Desafio Jovem vem contribuindo com o município, tirando das ruas jovens que necessitam de atenção e amparo. “Reconhecemos o exemplo aplicado pela instituição. Sabemos que esse trabalho abre novas portas para os dependentes, mas é preciso que o governo siga o exemplo e apoie esse trabalho”, solicitou. Com o mesmo intuito, o deputado Valmir Comin (PP), representante da região no Parlamento, disse que o momento é de pedir apoio para que o trabalho possa crescer e não corra o risco de parar. “Precisamos buscar recursos. A classe política precisa ter consciência para banir esse mal”.

Após os pronunciamentos, o Parlamento entregou ao presidente do Desafio Jovem uma placa em reconhecimento ao trabalho da instituição. Na sequência, três ex-internos receberam um certificado pela força de vontade de mudar. Entre eles, Giovane Mariano, que por 17 anos consumiu crack. “Cheguei ao grupo em abril de 2004 apenas com a roupa do corpo, e hoje me sinto feliz ao poder dizer que não uso drogas há seis anos e tenho uma família que me apoia, onde vivo feliz”, desabafou.



Deputado Kennedy Nunes entrega placa ao ex-deputado Vanio de Oliveira, presidente da entidade homenageada

Sessão destaca trabalho de Daisaku Ikeda

Filósofo, poeta e escritor preside há 50 anos a Soka Gakkai Internacional, entidade que prega os princípios do budismo

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



Requerida pelo deputado Onofre Agostini, homenagem resgata história da instituição, presente há 23 anos em Santa Catarina, com sedes na Capital, Joinville, Camboriú, Caçador, Mafra e Criciúma

Em sessão especial realizada dia 3, a Assembleia Legislativa prestou homenagem a Daisaku Ikeda pelos relevantes serviços prestados à frente da Soka Gakkai Internacional (SGI). Representando Ikeda, que não pode comparecer à solenidade, Eron Pinter Pizzolatti, vice-responsável pela SGI em Santa Catarina, recebeu uma placa em homenagem ao fundador da entidade. O evento foi presidido pelo deputado Onofre Agostini (DEM), autor do requerimento que solicitou a cerimônia.

Daisaku Ikeda, nascido em Tóquio, em 1928, e formado em Economia pela Escola Superior de Fuji, destaca-se também por seu trabalho como filósofo, poeta e escritor, com obras traduzidas para mais de 20 idiomas. Há 50 anos preside a SGI, orga-

nização que surgiu em 1930 no Japão e hoje possui cerca de 15 milhões de membros espalhados por mais de 190 países e regiões ao redor do mundo.

Com base em princípios filosóficos do budismo, a organização desenvolve trabalhos voltados ao estabelecimento da paz, da cultura e da educação que incluem exposições, intercâmbios culturais e educacionais, bem como ajuda humanitária.

No Brasil, contribui também com doações de livros a universidades e no desenvolvimento de pesquisas ecológicas voltadas à preservação do meio ambiente.

Em Santa Catarina, a Soka Gakkai atua há 23 anos, possuindo sedes nas cidades de Florianópolis, Joinville, Camboriú, Caçador, Mafra e Criciúma,

onde realiza ações de caráter social e cultural. Onofre Agostini destacou que a sessão especial é uma forma de a sociedade catarinense, representada pelo Poder Legislativo, agradecer a este trabalho realizado no estado.

“Suas ações nos oxigenam para o bem. Elas nos dão força e ânimo para continuarmos no trabalho de auxiliar a quem precisa. Principalmente em relação às drogas, problema grave que atinge a sociedade catarinense.”

Na tribuna, Pizzolatti agradeceu a homenagem e aos pioneiros que implantaram a Soka Gakkai em SC e adiantou que para os próximos anos a meta é ampliar a criação de núcleos da entidade pelas cidades catarinenses.

Escola do Legislativo comemora 10 anos

A Função das Escolas do Legislativo foi o tema da palestra do professor Rildo Cosson, dia 3, no Plenarinho deputado Paulo Stuart Wright, da Assembleia Legislativa. Ela abriu as comemorações dos 10 anos da Escola do Legislativo de Santa Catarina, reunindo servidores da Câmara Municipal de Lages e funcionários do Tribunal de Contas e do Parlamento catarinense.

Cosson, também coordenador do Programa de Aperfeiçoamento da Câmara Federal e autor do livro “Escolas do Legislativo, escolas da democracia”, destacou a importância dessas instituições como promotoras do profissionalismo na administração pública, bem como da produção e disseminação do conhecimento e do letramento político. Este último, segundo o palestrante, é a própria condição da manutenção da democracia no país.

“Não devemos pensar apenas na atividade usual das escolas governamentais, de promover o aprimoramento profissional, mas

também na função social que elas apresentam que é o de difundir os valores democráticos.”

Segundo ele, “fiscalizar, produzir leis e representar a sociedade são importantes, mas promover e difundir os valores democráticos são a própria essência do Poder Legislativo.”

Cursos

O professor se mostrou preocupado com escolas governamentais que tentam substituir outras instituições de ensino tradicionais, promovendo cursos que fogem da sua área de atuação.

O palestrante elogiou a Escola do Legislativo catarinense que promove, entre outros, cursos de formação política, o que contribui para que a sociedade saiba reivindicar e participar mais do poder representativo.

“Quanto mais forte for a democracia em um país, mais forte e atuante será o seu parlamento, daí a necessidade de escolas legislativas nas esferas municipal, estadual e federal”.



Apresentação de dança é realizada durante a solenidade no Plenário Osni Régis

São Miguel abre calendário de audiências

Reuniões que serão realizadas até 10 de junho vão definir prioridades da população para o Orçamento do ano que vem

Alexandre José Back

Representantes dos municípios de São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e Itapiranga abriram, dia 17, no auditório da Unoesc, em São Miguel do Oeste, o calendário de audiências do Orçamento Regionalizado (OR), que definirá as prioridades do Extremo-Oeste. A Assembleia Legislativa, por intermédio da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado, Comissão de Finanças e Tributação, coordenada e presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), está realizando 13 audiências públicas até 10 de junho, contemplando as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs).

A partir desse trabalho, serão definidas as obras prioritárias que o Poder Executivo poderá incluir no orçamento estadual 2011 e no Plano Plurianual (PPA – 2008/2011). As prioridades elencadas nas audiências serão enviadas para o Legislativo para inclusão através de emendas no Orçamento 2011.

O deputado Marcos Vieira, abriu os trabalhos destacando que a Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa resolveu, de forma unânime, modificar a Lei Complementar 157, que rege o orçamento regionalizado, dando um novo texto à lei. “Sabemos também que o orçamento do estado é oscilante e nem sempre há verbas para contemplar todas as obras previstas, mas já há uma discussão para que as prioridades elencadas nos orçamentos regionalizados mudem seu caráter autorizativo, para impositivo, sob pena de infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal.”

A deputada Professora Odete de Jesus (PRB), que faz parte da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, solicitou que a população aproveite o ano eleitoral para cobrar dos candidatos a governador que cumpram as obras definidas no OR.

Na mesma linha de pensamento, o deputado Silvio Dreveck (PP) lembrou que no OR de 2008 estavam previstos R\$ 16 milhões em obras para a região de São Miguel, mas somente R\$ 3 milhões foram executados. “Em algumas SDRs do estado, há até mesmo casos em que nenhuma obra foi executada, por isso defendo que esse processo de escolha e execução das prioridades seja mais objetivo e se coloque no orçamento estadual apenas o que se pode realmente cumprir”, observou.

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que está licenciado, destacou que o Orçamento Regionalizado ainda é o principal instrumento de participação popular. “Também apoiarei a proposta de que o orçamento tenha caráter impositivo, para que as obras sejam cumpridas e que se modifique a mentalidade na gerência dos recursos”.

Para o deputado Dirceu Dresch (PT), o OR teve avanços, mas novos desafios devem ser enfrentados, principalmente com relação à região do Extremo-Oeste, que sempre foi esquecida na hora dos investimentos. Precisamos estar atentos aos grandes temas relevantes à região e que não aparecem no orçamento, como a 282, ferrovias e a alteração do perfil econômico da região.”

Fazendo um contraponto às reivindicações, Jorge Welter, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapiranga, afirmou que desde 2003 as cidades da Ameosc (Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina) avançaram muito. Segundo o secretário, os municípios da região estão totalmente asfaltados. “Está havendo a recuperação de todas as unidades escolares, bem como a reforma dos ginásios de esporte. Devemos ainda concluir neste ano a construção do hospital regional”, afirmou. Para Welter, as obras se devem à parceria entre os municípios e o governo do estado.



Deputados Dresch, Odete de Jesus, Marcos Vieira, Silvio Dreveck e Pedro Baldissera na reunião em São Miguel

SDR de Itapiranga atesta avanços na região

Também Vilson Eduardo Bratkowski, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, defende a realização do OR como forma de desenvolvimento para a região. “Nossas prioridades felizmente têm sido atendidas pelo governo. Das obras programadas em 2009, apenas a construção centro de eventos não se concretizou, e não por culpa do governo, mas apenas por falta da elaboração do projeto pelo município”, atestou.

Estiveram presentes na audiência pública de São Miguel do Oeste também Everaldo Di Berti, diretor-geral da Secretaria do Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste; Neodi Sareta, ex-presidente da Assembleia Legislativa; Airtton Fontana, representando a senadora Ideli Salvati; Antônio Luiz Mariani, prefeito de Anchieta; Celso Bielgelmeier, prefeito de Bandeirante; Reni Villa, prefeito de Romelândia; Flávio Berte, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira; Aldomar Antônio Moscon, vereador e presidente da Câmara de vereadores de Anchieta e presidente da Aveosc (Associação dos Vereadores do Extremo-Oeste de Santa Catarina); Renato Broetto, prefeito de São José do Cedro e presidente da Ameosc.

Estiveram presentes na audiência pública de São Miguel do Oeste também Everaldo Di Berti, diretor-geral da Secretaria do Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste; Neodi Sareta, ex-presidente da Assembleia Legislativa; Airtton Fontana, representando a senadora Ideli Salvati; Antônio Luiz Mariani, prefeito de Anchieta; Celso Bielgelmeier, prefeito de Bandeirante; Reni Villa, prefeito de Romelândia; Flávio Berte, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira; Aldomar Antônio Moscon, vereador e presidente da Câmara de vereadores de Anchieta e presidente da Aveosc (Associação dos Vereadores do Extremo-Oeste de Santa Catarina); Renato Broetto, prefeito de São José do Cedro e presidente da Ameosc.

Estiveram presentes na audiência pública de São Miguel do Oeste também Everaldo Di Berti, diretor-geral da Secretaria do Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste; Neodi Sareta, ex-presidente da Assembleia Legislativa; Airtton Fontana, representando a senadora Ideli Salvati; Antônio Luiz Mariani, prefeito de Anchieta; Celso Bielgelmeier, prefeito de Bandeirante; Reni Villa, prefeito de Romelândia; Flávio Berte, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira; Aldomar Antônio Moscon, vereador e presidente da Câmara de vereadores de Anchieta e presidente da Aveosc (Associação dos Vereadores do Extremo-Oeste de Santa Catarina); Renato Broetto, prefeito de São José do Cedro e presidente da Ameosc.

As escolhas das regionais

São Miguel do Oeste

(Belmonte, Descanso, Bandeirante, São Miguel do Oeste, Barra Bonita, Paraíso e Guaraciaba)

Audiência 2010

- Ampliação e regionalização das atividades turísticas;
- Terraplanagem, pavimentação/OAE/Supervisão trecho Bandeirante;
- Implantação e ampliação da rede de tratamento de esgoto sanitário/água.

Audiência 2009

- Equipar o Hospital Regional do Extremo Oeste, em São Miguel do Oeste;
- Ampliação e regionalização no turismo;
- Implantação e ampliação de redes de esgoto e de água para a SDR de São Miguel do Oeste.

Itapiranga

(Santa Helena, Tunápolis, Iporã do Oeste, São João do Oeste e Itapiranga)

Audiência 2010

- Adequação/melhorias/supervisão e infraestrutura do aeroporto de Itapiranga;
- Construção, ampliação e reforma do Ensino Médio;
- Apoio ao sistema viário urbano.

Audiência 2009

- Apoio ao sistema viário estadual;
- Ampliação e melhorias operacionais no sistema de abastecimento de água;
- Implementação, ampliação de rede coletora, tratamento e destino final do esgoto sanitário.

Dionísio Cerqueira

(Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Princesa, Guarujá do Sul, São José do Cedro e Anchieta)

Audiência 2010

- SC 160 Terraplanagem, pavimentação/OAE/Supervisão trecho Romelândia – SDR Anchieta;
- Adequação/Melhorias/Supervisão e infraestrutura do Aeroporto de Dionísio Cerqueira;
- Extensão do campus da UDESC para a SDR de Dionísio Cerqueira (revisão do PPA).

Audiência 2009

- Terraplanagem, pavimentação e supervisão do trecho Romelândia a Anchieta;
- Melhoria da infraestrutura do aeroporto;
- Construção de unidade prisional da Secretaria de Segurança Pública.

Maravilha prioriza infraestrutura

As regionais de Maravilha, Palmitos e São Lourenço do Oeste escolheram, dia 17, obras de infraestrutura como prioridade para o Orçamento 2011. A reunião foi realizada no auditório do Hotel Maravilhas Park, em Maravilha. Lamentando o descrédito por que passam as audiências do orçamento em virtude do que considera baixo índice de concretização das prioridades elencadas pelas regiões, o deputado Marcos Vieira afirmou que a Comissão de Finanças e Tributação já prepara modificações na Lei Complementar 157, que rege o funcionamento dos orçamentos regionais.

O deputado Dirceu Dresch (PT) lembrou que somente 40% das prioridades escolhidas pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) chegam a ser realizadas pelo governo do estado. "Conseguimos avançar muito com os orçamentos regionalizados, mas ainda não está sendo feito o suficiente e precisamos aprofundar o processo", afirmou.

Cobrando uma maior participação da comunidade e empresariado, a deputada Ada Faraco de Luca (PMDB) afirmou que as consultas regionais deveriam ser encaradas de forma mais séria e instigou as lideranças locais a fazerem isso. "Como cidadão, precisamos entusiasmar mais as pessoas, para que aprendam a participar e reivindicar mais".

O deputado Valdir Cobalchini (PMDB), por sua vez, reafirmou a importância das audiências regionais afirmando que elas são uma oportunidade para a população se manifestar diretamente. "Nasci e me criei nessa região e conheço as peculiaridades de cada município. Antes se dizia que o orçamento regionalizado era uma peça de ficção, mas vejo que atualmente a realidade está mais próxima do nosso sonho", completou.

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT), licenciado da Assembleia, afirmou

que "o orçamento regionalizado, com todos os seus defeitos, ainda é uma ferramenta importante para se discutir, refletir e encaminhar propostas". Para a deputada Professora Odete de Jesus (PRB), o orçamento regionalizado é uma conquista da qual não se pode abrir mão. "Nesse contexto, na Comissão de Finanças e Tributação, da qual faço parte, vamos exigir que todas as reivindicações sejam cumpridas".

O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) destacou que "como parlamentar, irá zelar para que um percentual do orçamento estadual seja usado para cumprir as demandas elencadas, de forma impositiva". Para o deputado Sílvio Dreveck (PP), instituir a obrigatoriedade da execução das demandas regionais é a única forma de acabar com as falsas expectativas.

Milton Kasper, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste, afirmou que o processo das audiências pode ser aperfeiçoado, mas destaca que muita coisa já foi feita. "Com o orçamento regionalizado, houve uma profunda transformação."



Deputados ouvem comunidade em audiência realizada em Maravilha

Alencar Fiegenbaum, secretário de Desenvolvimento Regional de Palmitos, destacou a importância das audiências. O orçamento não é para contemplar desejos, mas necessidades.

Max Schabaram, presidente da Câmara Municipal de Maravilha, também defendeu o trabalho. "Elas nos trazem a esperança que a nossa sociedade necessita e consideramos muito importante que os deputados venham até aqui para nos ouvir".

Presentes à audiência Ivonir José Santolin, secretário municipal de Planejamento de Bom Jesus do Oeste; Vilson Warmeling, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha; Reni Antônio Villa, prefeito de Romelândia e presidente da Amerios; Fabiano da Luz, prefeito de Pinhalzinho; Itacir Detofol, prefeito de Santa Terezinha do Progresso; Sérgio Luiz Persch, prefeito de Bom Jesus do Oeste; Darci lo Stein, vereador e presidente da Câmara de Saudades; João Carlos Grand, representante do senador Neuto de Conto, Neodi Saretta, ex-presidente da Assembleia Legislativa, representando a senadora Ideli Salvatti.

Chapecó cobra obras

Duplicação da SC-282, que dá acesso à nova universidade federal, é defendida



Peninha, Dreveck, Sopelsa, Marcos Vieira, Odete e Dresch ouvem reivindicações de regionais de Chapecó, Seara, Quilombo e Xanxerê

As regionais de Chapecó, Seara, Xanxerê e Quilombo definiram, dia 18, três prioridades para Orçamento Estadual em 2011 em reunião no auditório do Sindicato dos Bancários, em Chapecó. Obras no sistema viário da região ganharam destaque.

Gilberto Ari Tomasi, secretário de Desenvolvimento Regional de Chapecó, solicitou que os deputados atuem de forma a tornar possível a execução, em caráter de urgência, de obras que julga necessárias, como a duplicação da SC-282 e as vias de acesso à nova universidade federal, que está sendo implantada na região.

João Siqueira, vereador de Chapecó, destaca que a SC 282 é uma das mais importantes vias de escoamento "A rodovia existe há 30 anos e, desde então, não recebeu nenhuma melho-

ria. Operação 'tapa-buraco', novamente, não queremos", observou.

O presidente da Comissão de Finanças, Marcos Vieira, lembrou que a taxa de execução das demandas elencadas nas audiências do OR tem aumentado com o passar do tempo, chegando a 40% em 2009, o que considera insuficiente. "Temos um projeto que tramita na Assembleia, que modifica a Lei Complementar 157, que regulamenta a realização do OR. A intenção é alterar o caráter das prioridades das regiões, de autorizativas, como são atualmente, para impositivas. Isso obrigaria o governo do estado a executar o que foi solicitado pelas regionais".

O deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB) defendeu a ideia de que o governo tenha já em seu orçamento um valor destinado a obras escolhidas nas regionais. Peninha é autor de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que tramita na Assembleia. O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) defendeu que mais recursos sejam destinados através da redivisão dos recursos públicos. Presentes à audiência, entre outros, Flávio Boff, prefeito de Faxinal dos Guedes; Luiz Pinheiro, da SDR de Xanxerê; Jairo Luiz Sartoretto, da SDR de Seara; Antônio Rossetto, diretor-geral da SDR de Quilombo; Roni Geferson Di Domenico, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó, Antônio Grand, prefeito de Irati, Leonir Bigolin, prefeito de Quilombo, Valdir Zanella, prefeito de Ipumirim, Jackson Luiz Patzlaff, prefeito de Arabutã, Henrique Joacir Carlos Fabrim, prefeito em exercício de Seara, e Neuri Brunetto, vice-prefeito de Quilombo.

Campos Novos quer recursos para hospitais

As regionais de Campos Novos, Concórdia e Joaçaba definiram como prioridades obras de pavimentação e melhoria na rede hospitalar. A audiência foi realizada, dia 19, no auditório Afonso Dresch da Unoesc de Joaçaba.

A exemplo das etapas anteriores do OR, Marcos Vieira voltou a defender a modificação da Lei Complementar 157, que trata da realização das audiências, dando caráter impositivo às prioridades definidas no OR.

Para a deputada Professora Odete de Jesus (PRB), o governo deve aceitar essas mudanças, pois os recursos obtidos com a arrecadação de impostos sobem ano após ano. "Vamos cobrar na Assembleia a realização das prioridades, para que as audiências não caiam ainda mais em descrédito."

Segundo o deputado Reno Caramori (PP), desde a criação do Orçamento Regionalizado, em média, 10% das prioridades anuais saíram do papel, por não terem caráter impositivo. "O governo faz o que quer. Se o projeto estivesse

aprovado, o governo teria levado a cabo as obras." Para Caramori, o público presente merece desculpas por parte dos parlamentares, por vir escolher as prioridades da região, sem a certeza das obras elencadas.

O deputado Romildo Titon (PMDB) explicou a construção do orçamento estadual, que repassa obrigatoriamente percentuais para setores como Educação, Saúde, além de instituições como Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Udesc e Assembleia Legislativa, afirmando que pouco sobra efetivamente para ser empregado em investimentos. "Criamos falsas expectativas. O cobertor é curto, mas o Poder Executivo precisa primeiro cumprir com suas obrigações constitucionais".

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) pediu a compreensão para a reduzida taxa de execução das demandas regionais. "Quando ouço os deputados defendendo o caráter impositivo das propostas, digo que é preciso ter consciência do que é possível ser feito". A

solução para os municípios, segundo Sopelsa, seria a reforma tributária, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, que discute a redivisão dos recursos entre os governos federal, estadual e municipal.

Estiveram presentes também na audiência do Orçamento Regionalizado de Joaçaba João Girardi, prefeito de Concórdia; Adair José Ceron, vice-prefeito de Herval D'Oeste; Romeu Luiz Rabuski, prefeito de Treze Tílias; Nelci Fátima Trento Bertolini, prefeita de Água Doce; Nelson Mario Grassi, prefeito de Ibiã; Neodi Saretta, ex-presidente da Assembleia Legislativa de SC, representando a senadora Ideli Salvatti; Fábio Antônio Fávero, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Concórdia; vereador Francisco Moreira Lopes, presidente da Câmara Municipal de Joaçaba; Alcides Mantovani, secretário de Desenvolvimento Regional de Campos Novos, e Luiz Carlos Luckmann, vice-reitor acadêmico da Unoesc de Joaçaba.



Titon, Sopelsa, Marcos Vieira, Odete de Jesus, Reno Caramori e Sargento Soares participam do debate na Unoesc em Chapecó

As escolhas das Regionais

Maravilha

(Romelândia, Santa Terezinha do Progresso, Saltinho, São Miguel da Boa Vista, Bom Jesus do Oeste, Tigrinhos, Flor do Sertão, Maravilha, Modelo, Saudades, Pinhalzinho, Itaceminha).

Audiência 2010

- Manutenção da UTI Hospital São José (Maravilha);
- Ligação Bom Jesus do Oeste - SC-469 - Maravilha - BR-282;
- SC-492 - Pavimentação asfáltica OAE, trecho Romelândia - São Miguel da Boa Vista.

Audiência 2009

- Construção do trecho da SC-469 a São Carlos - Saudades e acesso a Cunhataí;
- Construção do trecho da SC-160 a Romelândia-Anchieta;
- Moradia urbana.

São Lourenço do Oeste

(Campo Erê, São Bernardino, Novo Horizonte, Galvão, Coronel Martins, Galvão Jupia e São Lourenço do Oeste).

Audiência 2010

- Expansão da Udesc para a região de São Lourenço do Oeste;
- Implantação do Curso de Tecnólogo em Látex na unidade Cedup/Campo Erê;
- Ampliação e manutenção dos convênios de LA, PSC, CIP e SSP.

Audiência 2009

- Implantação do Hospital Regional;
- Construção de Unidade Prisional Avançada (UPA);
- Expansão da Udesc para a região de São Lourenço do Oeste.

Palmitos

(Cunha Porã, Caiçá, Riqueza, Mondai, Cunhataí, Águas de Chapecó, Palmitos e São Carlos).

Audiência 2010

- Implantação de Centros de Referência Regionais de Atendimento a Diagnóstico e Terapia;
- Implantação do Plano de Desenvolvimento Regional;
- Ampliação da rede sanitária.

Audiência 2009

- Implantação de centros de referência regionais de Atendimento e Diagnóstico e Terapia;
- Melhoria de abastecimento de água no meio rural;
- Pavimentação da SC-283.

As escolhas das regionais

Chapecó

(Serra Alta, Sul Brasil, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Águas Frias, Coronel Freitas, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Guatambu, Caxambu do Sul e Chapecó)

Audiência 2010

- Implantação de Centros de Referência Regional;
- Implantação do Plano de Desenvolvimento Regional;
- SC-492, Asfaltamento da OAE.

Audiência 2009

- Asfaltamento do contorno Leste de Chapecó;
- Obras emergenciais para ensino fundamental;
- Implantação do Plano de Desenvolvimento Regional.

Quilombo

(Irati, Formosa do Sul, Jardimópolis, Santiago do Sul, União do Oeste e Quilombo)

Audiência 2010

- Asfaltamento do acesso União do Oeste/Quilombo;
- Construção da Unidade da SSP;
- Manutenção de rodovias.

Audiência 2009

- Aquisição de equipamentos para a SDR;
- Construção do acesso a União do Oeste e Quilombo;
- Construção de Unidade Prisional.

Xanxerê

(Xaxim, Lageado Grande, Marema, Entre Rios, Ipuçu, São Domingos, Abelardo Luz, Ouro Verde, Bom Jesus, Faxinal dos Guedes, Vargeão, Passos Maia e Ponte Serrada)

Audiência 2010

- Asfaltamento do trecho Aberlardo Luz - Passos Maia;
- Asfaltamento do contorno Leste de Xanxerê;
- Asfaltamento do trecho Ipumirim - BR 282.

Audiência 2009

- Estadualização e pavimentação da rodovia ABL 040;
- Pavimentação do contorno Leste de Xanxerê;
- Construção e ampliação no ensino médio.

Seara

(Arvoredo, Xavantina, Lindóia, Ipumirim, Arabutã, Paial, Itá e Seara)

Audiência 2010

- Contorno Viário Sul;
- SC-283 Reabilitação e supervisão do trecho BR 153 Concórdia - Seara - Chapecó - São Carlos;
- Construção de Ginásio de Esportes para SDR Seara.

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia SC-283;
- Acesso asfáltico ao Museu Fritz Plaumann, em Seara;
- Contorno Viário Sul.

As escolhas das Regionais

Campos Novos

(Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Ibiã, Monte Carlo, Vargem e Zortéa).

Audiência 2010

- Acesso asfáltico Capinzal - Campos Novos - Barra do Leão;
- Reforma e ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Salette de Monte Carlo;
- Reabilitação e supervisão do trecho da SC-455 Tangará - Campos Novos

Audiência 2009

- Apoio ao sistema viário estadual;
- Implantação e adaptação de centros de referência regional para atendimento, diagnóstico e terapia;
- Construção, ampliação e reforma do Ensino Médio

Concórdia

(Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco).

Audiência 2010

- Ampliação e regionalização das atividades turísticas;
- Implantação ou adaptação de Centros de Referência Regional de Atendimento e Diagnóstico e Terapia;
- SC-283 Reabilitação e supervisão do trecho BR-153 entre Concórdia - Seara - Chapecó e São Carlos.

Audiência 2009

- Implantação e adaptação de centros de referência regional para atendimento, diagnóstico e terapia;
- Apoio ao sistema viário municipal;
- Revitalização da SC-283, entre os municípios de Catanduvas, Concórdia e Seara.

Joaçaba

(Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval do Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita).

Audiência 2010

- SC 458 - Terraplanagem e pavimentação/OAE/ Supervisão do trecho Jaborá - Entrada SC-135 e Contorno de Ouro e Capinzal;
- SC-135 Reabilitação e supervisão do trecho Videira - Tangará - Ibicaré - Luzerna - Joaçaba - BR-282;
- Expansão da Udesc para a região de Joaçaba.

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação da rodovia que liga os municípios de Ouro e Jaborá;
- Reabilitação, supervisão do trecho entre Videira, Tangará, Ibicaré, Luzerna e Joaçaba (BR 282 - rodovia reabilitada);
- Adequação da área física da rede de atenção básica (Saúde).

Caçador pede obras na malha viária

Audiência que reúne reivindicações de Curitibanos e Videira cobra solução para Hospital e Maternidade Jonas Ramos

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Marcos Vieira conduz reunião no auditório da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe, em Caçador

Caçador, Curitibanos e Videira elegeram suas prioridades em audiência pública realizada dia 19, no auditório da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), em Caçador. Destaques ficaram por conta de obras viárias e pedido contra o fechamento do Hospital e Maternidade Jonas Ramos, de Caçador.

O deputado Marcos Vieira (PSDB) atribuiu o pouco público que participou da audiência em Caçador, não só ao frio, mas principalmente ao Poder Executivo, que se eximiu do debate. "Tem se avançado muito, pela pressão dos vereadores, prefeitos e secretários, mas precisamos mais para chegar a 100%. Tenho a convicção de que se faz necessário tornar todas as ações solicitadas pelas

regionais, de autorizativas, para impositivas."

O deputado Reno Caramori (PP) se disse cansado de ouvir inverdades com relação ao OR. "Entra governo e sai governo e nada muda. É por isso que não vem ninguém. Quero me desculpar por termos criado falsas expectativas." Citando as três obras elencadas no ano passado pelo município de Caçador, Caramori afirmou que nada foi aplicado ou mesmo o projeto realizado, o mesmo acontecendo com as regionais de Curitibanos e Videira. "Estamos aqui perdendo o nosso tempo. Vou pedir uma prestação de contas para saber quanto foi gasto com as audiências regionais, para demonstrar o absurdo do sistema. Somos obrigados a realizar o OR, mas enquanto

não surgirem modificações, as audiências não surtirão o efeito desejado."

Rebatendo Caramori, Marcos Vieira afirmou que a Assembleia cumpre seu preceito constitucional, realizando as audiências regionais, e que as cobranças devem ser direcionadas ao Poder Executivo, que fica encarregado de executar as obras solicitadas pelas regionais. "Não vou deixar morrer o orçamento regionalizado. Vou lutar até o fim, pois muitas ações solicitadas foram realizadas."

Para o deputado Silvio Dreveck (PP), "ao longo dos anos pouco foi realizado, frustrando as pessoas. Há obras solicitadas cuja execução tem um valor muito elevado. Então é mais justo que se definam prioridades em um limite de valor que

possa ser executado, em diálogo predefinido com o governo". Outra sugestão do parlamentar seria fixar um percentual do orçamento estadual para a realização das solicitações regionais.

A origem do problema, segundo o deputado Renato Hinnig (PMDB), está nas vinculações de receita a que o Poder Executivo está submetido. "O governo tem a obrigação de aplicar recursos em muitos setores, ficando uma pequena margem para investimentos. Precisamos rediscutir a distribuição dos recursos."

Na condição de ex-secretário regional de Caçador, o deputado Valdir Cobalchini (PMDB) afirmou que as obras feitas na região surgiram como consequência das audiências do Orçamento

Regionalizado, que não foram poucas, citando o acesso a Timbó Grande e à Perimetral Norte. Para o parlamentar, algumas obras não chegam a ser realizadas por serem muito complexas. "Devemos ser o mais realistas possível, transparentes, não vendendo ilusões."

Para o deputado Ozair Polaco (PPS), "deve-se fazer um pacto para aprovar apenas solicitações que se possa cumprir, tornando os órgãos públicos mais comprometidos com as demandas regionais".

Apesar das falhas apontadas, o Orçamento Regionalizado é uma conquista da sociedade, na visão do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), pois "é um espaço democrático. Estarei empenhado para que esse processo se aperfeiçoe", observou.

As datas

- 21 de maio, às 14 horas, na Udesc, em Lages para São Joaquim e Lages;
- 31 de maio, às 14 horas, Fundação Catarinense de Educação Especial, em São José para a Grande Florianópolis;
- 7 de junho, às 9 horas, na Unesc, em Criciúma para Araranguá e Criciúma;
- 7 de junho, às 15 horas, no auditório do CETTAL, em Tubarão para Laguna, Braço do Norte e Tubarão;
- 8 de junho, às 14 horas, na Unidavi, em Rio do Sul para Ibirama, Ituporanga, Taió e Rio do Sul;
- 9 de junho, às 14 horas, no auditório da FURB, em Blumenau para Brusque, Itajaí e Blumenau;
- 10 de junho, às 14 horas, na Univille, em Joinville para Jaraguá do Sul e Joinville.

A cobertura da audiência realizada, dia 20, em Canoinhas será publicada na próxima edição.

As escolhas das regionais

Caçador

(Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costas, Rio das Antas e Timbó Grande)

Audiência 2010

- Conclusão das obras de reforma do Hospital Jonas Ramos;
- Política de incentivos à assistência hospitalar em SC;
- SC 476 – Terraplanagem e pavimentação/OAE/ Supervisão trecho Matos Costa – BR -53.

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação do trecho Timbó Grande a SC-135;
- Terraplanagem e pavimentação do trecho Matos Costa a BR-153;
- Construção do contorno viário de Rio das Antas.

Curitibanos

(Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul)

Audiência 2010

- Terraplanagem e pavimentação/OAE/ Supervisão Perimetral Oeste de Curitibanos e acesso à UFSC – Campus de Curitibanos;
- Construção do Centro de Eventos Multiuso;
- Apoio ao Sistema Viário Urbano.

Audiência 2009

- Conservação, sinalização, segurança rodoviária e acesso asfáltico a UFSC, campus de Curitibanos;
- Apoio ao Sistema Viário Urbano – anel viário de contorno, ligando a SC 457 à BR 470;
- Construção de Centro de Eventos Multiuso.

Videira

(Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Tangará)

Audiência 2010

- SC-453 Terraplanagem e pavimentação/OAE/Supervisão do trecho Salto Veloso – Hercíliopolis;
- SC-463 Terraplanagem e pavimentação/OAE/Supervisão do trecho Iomerê – Bom Sucesso – Treze Tílias;
- Alargamento da pista do Aeroporto de Videira.

Audiência 2009

- Terraplanagem e pavimentação do trecho Salto Veloso/Hercíliopolis;
- Terraplanagem e pavimentação do trecho Iomerê/Bom Sucesso/ Treze Tílias;
- Alargamento da pista do aeroporto de Videira.

Bouer no programa "O Brasil em Debate"

Médico é especialista em saúde e comportamento humano

"Como anda a vida sexual do jovem brasileiro?" Foi o tema da palestra do médico Jairo Bouer, dia 20 de maio, no Auditório da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ). A cobertura será publicada na próxima edição do AL Notícias, já que a palestra estava em andamento quando do fechamento da presente edição.

Especialista em saúde e comportamento jovem, Bouer foi o convidado do terceiro ciclo do Programa "O Brasil em Debate". Formado em Medicina pela Universidade de São Paulo, Bouer fez residência no Instituto de Psiquiatria da USP. Após participar do Projeto Sexualidade do Hospital das Clínicas da universidade (Prosex), direcionou seus estudos para a sexualidade humana.

Antes da palestra, Bouer adiantou alguns dos principais tópicos a serem abordados sobre o tema "Como anda a vida sexual do jovem brasileiro?".

"Hoje em dia está muito mais fácil, a família abriu espaço para discutir o assunto, mas a figura do amigo e do irmão mais velho continua muito presente", contou o médico. Quanto ao uso do preservativo, o especialista afirmou que há um certo descuido dos mais jovens que abandonam a proteção assim que o relacionamento fica mais sério. "As mulheres tendem a acreditar no relacionamento mais cedo e param de se cuidar", relatou.

Bouer falou também sobre a extensão de seu trabalho que começa a atrair um público mais velho. Ele está sendo procurado para falar sobre sexualidade para grupos da terceira idade. O médico credita essa popularidade ao fato da grande divulgação que o tema alcançou. Atualmente, Bouer mantém colunas sobre sexo em um dos maiores jornais do Brasil e

é colaborador de diversas revistas e sites.

Foi consultor do governo do estado de São Paulo para o projeto "Prevenção também se ensina", que atendeu a mais de 4.500 escolas públicas. Lançou livros, entre os quais o "Guia dos curiosos sobre sexo", em parceria com o jornalista Marcelo Duarte (Companhia das Letras/2001), "Sexo e Cia" (Publifolha/2002) e a coleção "Bate-papo" (Panda Books/2005).

O médico é referência quando o assunto é saúde e comportamento jovem, atendendo a

dúvidas através de diferentes meios de comunicação. Passou pela TV Cultura e MTV Brasil, faz quadros para o "Fantástico", da Rede Globo, e para o Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho.

É colunista de um dos maiores jornais do Brasil há 12 anos e colaborador de diversas revistas e sites. Foi consultor do governo do Estado de São Paulo para o projeto "Prevenção também se ensina", que atendeu a mais de 4.500 escolas públicas.

Solon Soares



Médico é referência nacional quando o assunto é comportamento jovem

Histórico

O Programa "O Brasil em Debate" da Assembleia Legislativa, que conta com o apoio institucional da Associação Catarinense de Imprensa (ACI) e do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, foi realizado nos anos de 2007 e 2008, no Palácio Barriga Verde, em Florianópolis.

Nesse período, o Legisla-

tivo recebeu 15 palestrantes de renome, entre os quais a atriz Fernanda Montenegro, o treinador Bernardinho, o médico Malcom Montgomery e o jornalista Caco Barcellos.

Em 2009, foi interrompido e retomado em 2010 com uma novidade: a interiorização das palestras. O técnico

de vôlei José Roberto Guimarães abriu o ciclo, em abril, em Tubarão, Sul do Estado. Joinville foi a segunda cidade a sediar o evento, com o convidado Jairo Bouer. Devido ao calendário eleitoral, apenas mais dois encontros poderão ser realizados: em Chapecó, região Oeste, e na Capital, Florianópolis.

Lançado Sustentar 2010

A Assembleia Legislativa fez, dia 7, o lançamento oficial do Sustentar 2010 – Fórum sobre Energias Renováveis e Consumo Responsável, em Chapecó. O evento, na terceira edição, será realizado na cidade de 26 a 28 de maio. É a primeira vez que o Sustentar ocorre fora da sede do Legislativo estadual, em Florianópolis.

Além do idealizador e coordenador do fórum, deputado estadual Pedro Uczai, participaram do lançamento o deputado estadual Dirceu Dresch, o deputado federal Claudio Vignatti e a senadora Ideli Salvatti, todos do PT, e representantes de instituições parceiras na realização do evento.

Uczai justificou a escolha de Chapecó para sediar o Sustentar 2010 pelo potencial energético da região Oeste, que possui diversas experiências bem sucedidas na produção de energias renováveis – eólica, hídrica, biomassa e biocombustíveis, por exemplo. "Temos aqui na região grandes problemas ambientais, como é o caso dos dejetos suínos, mas soubemos transformar isso em solução", afirmou.

O parlamentar explicou que o objetivo do Sustentar não é apenas debater mudanças cli-

máticas, energias renováveis e produção de alimentos, isoladamente, mas refletir sobre esses temas para construir um projeto de desenvolvimento sustentável e uma nova realidade.

Da programação do evento, Uczai destacou duas experiências internacionais que serão divulgadas aos participantes: a da cidade de Moura, em Portugal, referência mundial em sustentabilidade pelo uso da energia solar, e o projeto de gestão de resíduos sólidos no espaço urbano aplicado em Berlim, capital da Alemanha.

Dresch, por sua vez, afirmou que o fórum será palco de grandes debates, e que um dos desafios é pensar na produção e geração de renda a partir de alternativas energéticas e de um novo padrão de consumo. "Está crescendo no nosso estado o movimento pela produção agroecológica, a sociedade brasileira está procurando um alimento mais saudável e menos contaminado por produtos químicos. Por outro lado, a transgenia é uma realidade e aumenta a nossa preocupação. Esses temas certamente estarão em discussão no Sustentar e queremos contribuir com esse debate", afirmou.

Solon Soares



Deputado Pedro Uczai, idealizador do fórum, justifica escolha de Chapecó

UFFS destaca iniciativa

Em nome das entidades parceiras, a pró-reitora de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Solange Alves, disse que o Sustentar 2010 é um compromisso importante para a universidade, que tem o intuito não apenas de participar, mas de desenvolver ensino, pesquisa e extensão focados nesses temas.

"A universidade trabalha com mudança de comportamento. Precisamos superar o comportamento do consumo irresponsável e construir o desenvolvimento social, sustentável e solidário. Já é hora de provarmos que a harmonia entre o homem e o universo é possível. Por isso, a UFFS sente-se orgulhosa em fazer parte deste evento."

O histórico dos problemas ambientais enfrentados na região Oeste foi abordado por Vignatti. "Esta região soube enfrentar a problemática gerada pela formação de grandes barragens de hidrelétricas e o impacto do lançamento dos dejetos suínos e desenvolver soluções, por isso tenho certeza de que a comunidade oestina dará uma contribuição extraordinária à construção de um novo olhar", opinou.

Também presente no evento, a senadora Ideli Salvatti parabenizou a iniciativa da Assembleia de realizar um fórum sobre energias renováveis com representantes da mais alta qualidade técnica para debater e apresentar propostas.

COMISSÕES

Comércio mobilizado contra impacto da substituição tributária

Regime em vigor desde 1º de maio antecipa o recolhimento do ICMS e combate evasão e sonegação fiscal

Sandra Annuseck

Na luta por uma política fiscal justa para micro e pequenos empresários, representantes do comércio varejista, atacadista e contabilistas lotaram o Auditório Antonieta de Barros em audiência pública dia 12, promovida pela Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Sílvio Dreveck (PP), atendendo requerimento da Frente Parlamentar de Comércio Varejista. Em pauta, o regime de substituição tributária, em vigor em Santa Catarina desde 1º de maio de 2010, que, entre outras mudanças, antecipa o recolhimento do ICMS na entrada do produto, interferindo no fluxo de caixa das empresas. A medida atinge 12 setores da economia.

Com a proposta de reduzir a evasão fiscal, o regime, no entanto, é criticado pelos pequenos e microempresários, que defendem os benefícios históricos conquistados pelo setor. Diante das mudanças na base de cálculo tributário, eles atestam que certas faixas de contribuintes registram aumento de até 491% no pagamento de ICMS, inviabilizando os negócios e atingindo a competitividade.

Diante das reivindicações de entidades como a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas

(FCDL), Fecomércio, Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Associação dos Atacadistas e Distribuidores de Santa Catarina, entre outros, a Secretaria de Estado da Fazenda, representada pelo diretor da administração tributária, Edson Fernandes dos Santos, e o auditor fiscal, Almir Gorges, se dispôs a resolver questões pontuais, ressalvando que o regime de substituição tributária advém da legislação nacional.

Entre os pedidos, varejistas e atacadistas cobraram a redução da base de cálculo para pequenos e microempresários, prorrogação do prazo para que as mudanças vigentes desde 1º de maio sejam adotadas e suspensão da penalidade aos contribuintes por um período de ajuste. Também defenderam a criação de uma comissão, integrada por representantes de diversos segmentos do setor, para tratar junto à Secretaria de Estado da Fazenda, de mudanças tributárias a serem implantadas no estado.

Almir Borges, auditor da Fazenda, lembrou que o regime de substituição tributária nasceu com o objetivo de diminuir a máquina fiscal e criar um ambiente para promover a redução da carga tributária. "Claro que precisamos de soluções criativas", reconheceu.



Presidente da Comissão de Economia, deputado Sílvio Dreveck, conduz reunião no Auditório Antonieta de Barros

Setor coloca SC em quinto lugar no ranking de ICMS

O presidente da FCDL, Sérgio Medeiros, apresentou radiografia dos micro e pequenos empresários no estado. Segundo levantamento, são 130 mil empresários catarinenses optantes do Simples, sistema diferenciado de tributação, que coloca Santa Catarina na quinta posição em arrecadação de ICMS do setor, enquanto que o Estado figura em sétimo lugar no posto de ranking geral do tributo.

Com a proposta de combater

a sonegação fiscal, Medeiros defende o regime. "A substituição tributária é boa, mas se aplicada de maneira diferente. Da maneira como está, acarreta prejuízo à competitividade de nossas micro e pequenas empresas", observou, defendendo a adoção de uma tabela escalonada de margem de valor agregado, base de cálculo para a tributação, diferenciando o pequeno e o microempresário.

Entre os deputados presentes,

o deputado Renato Hinnig (PMDB), vice-presidente da Comissão, saiu em defesa da competitividade dos empresários catarinenses. Dreveck advertiu para o indício de bitributação, "O que deve levar muitos à Justiça".

Também se solidarizam à luta dos comerciantes os deputados Onofre Agostini (DEM), Décio Góes (PT), Darci de Matos (DEM), Manoel Mota (PMDB) e Dieter Janssen (PP).

Poluição do rio Marombas desafia Meio-Oeste

Realizada em São Cristóvão do Sul no dia 30, a audiência pública promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa tratou da falta de sistema de esgoto na Penitenciária Regional de Curitiba. Sediado em São Cristóvão do Sul, atualmente o presídio conta com uma população de cerca de 800 pessoas, entre detentos e funcionários, despejando dejetos sem tratamento diretamente nas águas do rio Marombas, afluente do rio Canoas, que abastece cerca de 50 mil pessoas na região.

A audiência foi conduzida pelo deputado Jailson Lima (PT) e contou com a participação de diversas lideranças da Amurc (Associação dos Municípios da Região do Contestado) e integrantes da Casan, Fatma, Secretaria de Segurança Pública e do Ministério Público de Santa Catarina.

Para os prefeitos da Amurc, que

congrega os municípios de Curitiba, Frei Rogério, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul, a solução seria a execução do projeto de saneamento da Casan, orçado em R\$ 550 mil, mas que nunca saiu do papel.

Segundo Wanderley Teodoro Agostini (DEM), prefeito de Curitiba, o problema se arrasta desde 1972, quando Curitiba assinou convênio com a Casan para cuidar do abastecimento de água e tratar do saneamento. "Muitos municípios novos surgiram e com a inauguração da penitenciária, os problemas só se agravaram. Foi criado um consórcio para transferir o lixo produzido pelos municípios da Amurc a um aterro sanitário, bem como um plano diretor de saneamento básico. Mas, infelizmente, municípios que possuem cerca de 10 mil habitantes como os nossos não foram contempla-

dos com verbas pelo governo do Estado. Somente filtros e fossas não resolvem", enfatizou.

Para Julio Bernardo da Silva Filho, presidente do Comitê Rio Canoas, a solução esbarra na falta de vontade dos atuais dirigentes. "O Ministério das Cidades possui verbas e não resolve. É uma questão política."

Jaime Cesca (PP), prefeito de São Cristóvão do Sul, vê na unidade de propostas e a luta em conjunto a saída para os municípios da região. Jaime, presidente da Amurc, destaca que somente assim terão força política para buscar recursos junto aos governos estadual e federal.

Ângelo Scolaro (PMDB), presidente da Câmara de Curitiba, lembrou que há 30 anos o governo não investe em saneamento na região. Segundo ele, não resta alternativa senão protocolar um TAC (termo de ajuste e conduta) junto à empresa.

José Heitor Maciel, chefe da regional da Casan em Curitiba, reconheceu que a região, que possui um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado, tem sido preterida pela companhia estatal.

Jailson Lima observou que a Casan não possui verbas e nem

autonomia para resolver todos os problemas do estado, mas que a opção seria buscar verbas junto ao governo federal através de programas como o PAC e Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Uma nova reunião deve ser marcada para dar andamento às discussões.



Audiência em São Cristóvão do Sul reúne prefeitos e vereadores da região

PLENÁRIO

Calendário especial de intenso trabalho

Deputados apreciaram, no período, 126 proposições, aprovando 48; entre as quais quatro PECs



Jonas Lemos Campos

Parlamentares têm analisado a conversão de medidas provisórias em lei que prevêem benefícios aos servidores

Lisandrea Costa

As primeiras semanas da vigência do calendário especial da Assembleia Legislativa foram marcadas por intensa atividade parlamentar e por manifestações de diferentes categorias do serviço público estadual. A apreciação de medidas provisórias, nas quais o governo do Estado propõe gratificações para determinados segmentos, mobilizou especialmente servidores da saúde e da segurança pública, que marcaram presença no Parlamento, nesse período.

Desde o início do calendário especial, em 15 de abril, 14 sessões plenárias foram realizadas. Nelas, 126 proposições foram votadas, das quais 48 aprovadas: quatro Projetos de Emenda Constitucional (PEC), um Projeto de Decreto Legislativo, 11 Medidas Provisórias (MP) e 32 Projetos de Lei (PL). Também foram rejeitadas dez Mensagens de Veto (MV) do Executivo.

Ingressaram na Coordenadoria de Expediente, nesse período, 53 matérias, das quais 32 Projetos de Lei (iniciativa parlamentar); 4 Projetos de Lei Complementar, sendo dois de origem do Legislativo, um do Ministério Público e um do Tribunal de Justiça; uma Men-

sagem de Veto e duas Medidas Provisórias, ambos do Executivo. De iniciativa parlamentar foram apresentados ainda um Projeto de Decreto Legislativo, um Projeto de Sustação de Ato, duas Propostas de Emenda à Constituição e 50 Requerimentos de Diligência/Audiência Pública.

Assíduos em plenário para acompanhar a votação de duas medidas provisórias que concediam gratificações à categoria, os servidores da Saúde acabaram desapontados com a retirada, pelo governo do Estado, das MPs 174/10 e a 178/10. Já os trabalhadores da

segurança pública mobilizaram-se na Assembleia Legislativa contra e a favor da MP 169/2010. Aprovada no dia 5 de maio, a medida concedeu gratificação de R\$ 2 mil para oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, enquanto as praças das duas corporações receberão adicional de R\$ 250.

No dia 12 de maio, os parlamentares aprovaram a MP 172/10, que concede abono aos servidores do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Confira os números

Período: 15/04/201 a 17/05/2010

126	Matérias votadas
48	Matérias aprovadas
4	Projetos de Emenda Constitucional (PEC)
1	Projeto de Decreto Legislativo
11	Medidas Provisórias (MP)
32	Projetos de Lei (PL)
10	Mensagens de Veto (MV) rejeitadas.

Matérias que ingressaram na Diretoria de Expediente: **53**

Requerimentos de Diligência/Audiência Pública: **50**

Admitida MP que trata de alterações tributárias

A Medida Provisória 163/10, que trata de alterações tributárias, como Refis, cerveja e chope artesanais, IPVA e Fundosocial, entre outros, teve dia 11 sua admissibilidade aprovada em Plenário. Apenas o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) votou contra. A MP seguiu para a Comissão de Finanças. Na mesma sessão, foram aprovados os Projetos de Lei 302/2009 e

375/2009 (leia ao lado).

Por proposição da deputada Ana Paula Lima (PT), o Parlamento aprovou moção ao governo do Estado apelando para que Santa Catarina passe a integrar o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A motivação da parlamentar foi o aumento no índice de agressões.

“Os dados estatísticos mos-

tram que as mulheres pagam com a própria vida, quando decidem afastar-se de um marido agressor, ou simplesmente terminar uma relação amorosa. Em contrapartida, as mulheres traídas e abandonadas, na maioria dos casos, recomeçam suas vidas e ainda tornam-se as principais responsáveis pelo sustento e educação dos seus filhos”, salientou.

APROVADOS

Abono para a Segurança Pública

A concessão de abono aos servidores do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, foi aprovada por unanimidade. A MP 172/2010, considerada uma das “não polêmicas” do pacote que está sendo analisado pelo Legislativo nos últimos dias, foi aprovada na sessão ordinária do dia 12 à tarde, com 29 votos.

O abono é de R\$ 300 aos servidores, ativos e inativos, do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados, a ser pago a partir do mês de agosto de 2010. A medida determina ainda que sobre o

valor do abono não incidirá nenhum adicional, indenização, gratificação ou vantagem pecuniária, exceto a gratificação natalina, gratificação de férias e as consignações de direito.

O valor do abono é concedido ao servidor sujeito ao regime de 40 horas semanais, sendo aplicado à proporcionalidade por carga horária e aos proventos da aposentadoria, reserva ou reforma remunerada.

Em contrapartida, a MP 170/2010, que fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de procurador do Estado, foi barrada na pauta de votação. Os líderes do governo, Elizeu Mattos (PMDB), e da bancada do PSDB, Serafim Venzon, votaram contra a inclusão da medida provisória na Ordem do Dia.

Sites oficiais do Executivo

Os parlamentares aprovaram, dia 13, em redação final, o Projeto de Lei nº 375/09, do deputado Gelson Merisio (DEM), que proíbe a disponibilização e ou a divulgação de informações de caráter privado nos sites oficiais do Executivo. A matéria estabelece que não será divulgado o endereço residencial do proprietário de veículo licenciado no estado, caso contrário o

ofendido terá direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação. Na justificativa, o parlamentar explica que artigos das constituições federal e estadual, autoaplicáveis, independentemente de legislação complementar que os regulamentem, asseguram ser invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Parapsicologia

Aprovado, dia 12, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 137/10, do deputado Darci de Matos (DEM), que institui o Dia Estadual do Parapsicólogo em Santa Catarina, a ser comemorado, no dia 29 de julho. Segundo o parlamentar, o objetivo da proposição é homenagear o profissional parapsicólogo.

Turismo

Atendendo apelo do prefeito e dos vereadores de Nova Trento, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) apresentou o Projeto de Lei nº 136/10. A matéria foi aprovada em redação final em sessão realizada dia 13, que reconhece o município como Capital Catarinense do Turismo Religioso.

Título Cidadão Catarinense

Autorizado dia 13, em redação final, o Projeto de Lei nº 302/09, do deputado Serafim Venzon (PSDB), que concede o título de Cidadão Catarinense a Roberto Luiz D'Avila. Nascido no Rio de Janeiro, o homenageado adotou Flo-

rianópolis como sua terra natal e hoje é cardiologista e vice-presidente do Conselho Federal de Medicina. Trabalha no Departamento de Ciências Morfológicas (CCB - UFSC), no Hospital Florianópolis e no Hospital de Caridade.

Bullying desafia educadores

Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages e Morro da Fumaça participam de ciclo de palestras do Legislativo/MP

Alexandre José Back
Tatiani Magalhães

O Programa de Combate ao Bullying Escolar, violência que muitas vezes é confundida com simples brincadeira, esteve em Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages e Morro da Fumaça, de 11 a 14 de maio. Promovido pela Escola do Legislativo e Ministério Público, o evento teve a primeira reunião no auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa, dia 11.

Na reunião, foi apresentada pesquisa 2009 do IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatística), na qual 30,8% dos alunos entrevistados declararam já terem sofrido o problema, que ocorre mais nas escolas privadas (35,9%) do que nas públicas (29,5%). Derivado da Lei nº 14.651/2009, do deputado Joares Ponticelli (PP), o programa visa fomentar o debate sobre bullying escolar, ampliando o conhecimento sobre o tema e refletindo sobre maneiras de prevenir sua prática, através de uma educação para a cultura da paz.

Para Ponticelli, que já foi professor, bullying é um nome novo para um problema antigo. "Convivíamos com a prática, que não conseguíamos dimensionar a amplitude. Hoje sabemos que pode gerar queda no rendimento escolar, depressão e até morte." Ele citou o caso da filha do imperador do Japão, que aos nove anos de idade deixou de frequentar a escola por depressão decorrente da perseguição sofrida pelos colegas de escola.

Para o deputado, que também é presidente da Escola do Legislativo, a grande virtude do programa é ampliar o debate sobre o problema. "Atualmente, mais de 50 municípios do estado já

estão debatendo e apresentando projetos referentes ao bullying, prática que é um dos nascedouros da violência na sociedade."

Cléo Fante, vice-presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre Bullying Escolar e autora de dois livros sobre o assunto, destacou que há a necessidade de diferenciar o bullying de outras formas de violência. "No bullying há a intenção de causar danos, com desequilíbrio de poder e ausência de motivos, com prejuízos para a educação e saúde. Somente entendendo o problema, que é bastante distinto, poderemos atacar suas fontes", explica.

Segundo a educadora, recente no Brasil, o estudo do bullying há muito vem sendo realizado em outros países, como a Suécia, que há 40 anos desenvolve trabalhos na área. A violência, segundo Cléo, que pode manifestar-se em crianças já a partir dos três anos, deve ser vista como uma preocupação constante por parte dos governos.

Priscila Linhares, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual, afirmou que o órgão constatou que muitos casos escolares que poderiam ser resolvidos na própria escola, estavam indo parar nas mesas dos promotores de justiça.

Visando resolver o problema, o MP associou-se ao programa, elaborando uma série de materiais didáticos, como folders, cartilhas, gibis e marcadores de páginas, destinados aos alunos, familiares e responsáveis pelas unidades escolares catarinenses. "Precisamos nos valer da campanha para passar a mensagem de que a prática do bullying não é algo saudável, mas algo sério, que tem consequências", observou.



Público acompanha abertura do ciclo de palestras no Auditório Antonieta de Barros

Joinville pretende criar equipe multidisciplinar

Em Joinville, dia 12, profissionais da educação trocaram experiências de como implementar formas de prevenção ao comportamento.

Iara Andrade Costa, secretária de Educação de Joinville, vê no programa uma forma de complementar os trabalhos já desenvolvidos nas escolas do município, como o "Linguagem da Não Violência", que começou como projeto de extensão da Univali, visando orientar para educar. "Acreditamos que a prevenção deve começar pela linguagem, pois esse é o principal meio por qual se propaga a violência."

Iara, que também é professora

de História, afirmou que, por ter participado da rotina diária de uma escola, sabe que seu ambiente é permeado por ela. "Ainda não temos dados para quantificar o nível de violência que há nas escolas do município, mas acredito que, como cidade mais populosa do estado, deverá apresentar níveis igualmente altos".

Segundo a secretária, já há uma equipe, formada por pedagogos e psicólogos sendo capacitada para combater o bullying, devendo utilizar o material didático desenvolvido pelo Ministério Público para isso.

Cléo Fante, vice-presidente do Centro Multidisciplinar de Estu-

dos e Orientação sobre Bullying Escolar (Cemeobes) e principal palestrante do evento, atribui a boa aceitação do programa à necessidade que a comunidade escolar apresenta em se instruir sobre o tema. "Quero parabenizar o Ministério Público, parceiro na implantação do programa, as secretarias municipais, bem como as escolas catarinenses, pela forma com que tem se mostrado interessados em discutir e resolver o problema". A educadora instigou aos educadores e gestores em educação presentes a levantar dados sobre a violência escolar em Joinville e formar equipes multidisciplinares.

Univali destaca trabalho pioneiro

Alunos, educadores e gestores escolares lotaram dia 12 o auditório da Univali, em Itajaí, para discutir o tema. O município, por intermédio da universidade, realiza um trabalho considerado pioneiro no estado, desenvolvendo pesquisas sobre a violência escolar.

Pedro Girardi, coordenador do curso de Psicologia, destacou que a pesquisa, realizada por recomendação da Secretaria da Educação do município, está sendo feita com mil estudantes de 6ªs a 8ªs séries do ensino fundamental, visando diagnosticar

como a violência ocorre.

"Estamos ainda na fase da coleta de dados, que deve se estender até junho. A partir dos dados obtidos vamos procurar instituir programas, como o combate ao bullying, para enfrentar esse problema."

Maria Heidemann, secretária municipal da Educação, afirmou que primeiro é preciso conhecer o problema por meio dos dados obtidos com a pesquisa. Isso possibilitará a implantação de políticas públicas mais eficientes para coibir a violência escolar.

Região Serrana

Em Lages o debate aconteceu no dia 13, com cerca de 500 pessoas. Alunos, educadores, gestores escolares e autoridades mostraram-se determinadas em acabar com esse tipo de violência.

A secretária de Educação de Lages, Sirlei da Silva Rodrigues, ressaltou que o município vem trabalhando em conjunto com os educadores para resgatar os valores de uma escola feita para educar dentro de um ambiente de paz e ética.

Na oportunidade, Romeu Rodrigo da Costa Silva (DEM), pre-

sidente da Escola do Legislativo de Lages, disse que os encontros promovidos pela Assembleia Legislativa para abordar o tema estão mobilizando o estado, fazendo com que cada escola invista nas equipes multidisciplinares e adote a campanha como mecanismo de informação e aprendizado.

O prefeito de Lages, Renato Nunes de Oliveira (PP) demonstrou preocupação com o assunto que, segundo ele, vem crescendo no mundo e atingindo cada vez mais as crianças e os jovens.

Morro da Fumaça

No dia 14 foi a vez da comunidade de Morro da Fumaça discutir formas de prevenção ao bullying escolar. Na condição de palestrante, Marlos Gonçalves Terêncio, psicólogo do Centro Operacional de Apoio à Infância e à Juventude, do Ministério Público Estadual (MPE) falou que Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, realizada em 2009 pelo IBGE, em escolas públicas e privadas de todas as capitais brasileiras revelou que os alunos de escolas privadas são os que mais sofrem esse tipo de violência: 35,5% do total. Os estudantes da rede pública representam 29,5%.